

SUMÁRIO

- No 1º semestre do ano, a **economia** portuguesa registou já um crescimento de 2,4%.
- Depois de atingir os 7,8%, em 2022, a **taxa de inflação** continuou a subir até Março (8,7%) abrandando apenas nos últimos meses, atingido os 6,8% em Agosto.
- O mercado de trabalho tem permanecido estável, com criação de **emprego** no 1º semestre de 2023 (+70,7 mil postos de trabalho, +1,4%), face ao emprego criado em 2022.
- Aumento da **população desempregada**, nos primeiros 6 meses do ano, com um aumento de 10,6 mil desempregados (+3,4%), face ao final do ano passado.
- Desde Janeiro de 2023, que se têm registado **aumentos salariais** acima de 5,8%, superior ao valor da referência no Acordo de Médio Prazo para 2023 (5,1%).

1.ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

No conjunto do 1º semestre, o PIB da área do euro abrandou para um crescimento de 0,8% em termos homólogos (2% no semestre anterior) devido sobretudo à fragilidade da economia alemã, cujo PIB registou uma quebra de 0,2% em termos homólogos no primeiro semestre, comparado com um crescimento de 1% na 2º metade de 2022.

Crescimentos idênticos têm tido alguns dos principais parceiros comerciais de Portugal, como é o caso de Espanha (0,5%) e França (0,3%),

Apesar das pressões inflacionistas se começarem a atenuar, taxa de inflação manteve-se elevada. Na área do euro, a taxa de inflação desacelerou para 4,3% em

Setembro (máximo de 10,6% em Outubro de 2022), impulsionada pelo desaparecimento dos efeitos de base nos preços de energia e dos serviços.

Apesar do abrandamento do crescimento económico, o mercado de trabalho da UE teve um forte desempenho no primeiro semestre de 2023.

No segundo trimestre, as taxas de atividade e de emprego na UE atingiram o seu nível mais elevado de sempre. Em Setembro, a taxa de desemprego manteve-se em 6% da população ativa - perto do seu mínimo histórico.

O BCE manteve a política monetária de carácter restritivo até Setembro de 2023, tendo aumentado as taxas de juro oficiais em 200 pontos base, em termos acumulados este ano. As taxas de juro das operações principais de refinanciamento e da facilidade permanente de depósito ascenderam a 4,5% a 4%, respetivamente, no final de Setembro.

As perspetivas de crescimento global permanecem rodeadas de uma elevada incerteza associadas ao prolongamento da guerra na Ucrânia e aos riscos de fragmentação no comércio internacional. As expectativas pioraram durante o verão em resultado do menor dinamismo da economia chinesa, num contexto de aumento da instabilidade provocada pelos problemas em torno do sector imobiliário.

2. ECONOMIA NACIONAL

Depois de, em 2022, ter alcançado o terceiro maior crescimento da União Europeia, a economia portuguesa deverá ficar de novo no grupo das que mais crescem este ano. Em 2023, e perante uma crise do custo

de vida, a economia portuguesa tem mostrado grande resistência, com resultados acima dos esperados, mantendo uma trajetória de convergência com economia da Zona Euro e da totalidade da União Europeia (UE), a qual se deverá manter também em 2024.

PREVISÕES

Em 2024, Portugal
continuará a
convergir com a
União Europeia

De acordo com as previsões, o PIB português deverá crescer 2,4% este ano, enquanto o conjunto dos países da UE e da Zona Euro deverão apresentar um crescimento bem mais modesto: 1% e 1,1%, respetivamente. Em 2024, deverá manter-se a convergência com uma previsão de crescimento da economia portuguesa de 1,8% e de 1,7% para a UE27 e 1,6%, para a Zona Euro.

No 1º semestre do ano, a economia portuguesa registou já um crescimento de 2,4%, valor bastante acima da previsão do Governo no Orçamento do Estado para o total do ano (1,3%), aproximando-se, assim, das mais recentes previsões internacionais (OCDE: 2,5%; FMI: 2,6% e Comissão Europeia: 2,4%) e também do Banco de Portugal (2,7%).

O comportamento da economia europeia começa a reflectir-se no comércio internacional de Portugal, que continua a arrefecer, com um forte abrandamento das exportações, principal motor da recuperação económica registada em Portugal, desde a pandemia COVID19. Note-se que no 1º semestre de 2023, as exportações aumentaram 3,3% e as importações cresceram 0,8%, face a igual período de 2022 (+24,7% e +37,2%, no 1º semestre de 2022, respetivamente).

Estes são os efeitos de uma política monetária restritiva, liderada pelo BCE, que se estão a fazer notar, contribuindo para um arrefecimento da atividade da económica, e não tanto na redução das taxas de inflação, a qual revela já uma inversão da tendência, mas por outros motivos,

nomeadamente pela descida nos preços dos bens energéticos, com uma contribuição direta no preço dos bens alimentares, que começam a dar sinais de alguma moderação, e dos serviços.

3. MERCADO DE TRABALHO

Com a economia a registar um comportamento mais favorável do que o esperado, o mercado de trabalho tem permanecido estável, com criação de emprego no 1º semestre de 2023 (+70,7 mil postos de trabalho, +1,4%), face ao emprego criado em 2022, mas também com um aumento da população desempregada. Nos primeiros 6 meses do ano, registou-se um aumento de 10,6 mil desempregados (+3,4%), face ao final do ano passado.

Não obstante, a criação de emprego ao longo do primeiro semestre do ano, convém analisar a qualidade do emprego criado, uma vez que se tem registado um aumento dos contratos de trabalho com termo, que passou de 13,8% no total dos contratos celebrados entre os trabalhadores por conta de outrem, no final de 2022 - o mais baixo dos últimos doze anos, comparando com um máximo alcançado em 2016 (18,6%) - para 14,7%, no 2º trimestre de 2023.

Esta evolução poderá indicar uma subida da taxa de desemprego nos próximos tempos, aliado a um abrandamento económico que se faz já sentir a nível europeu, com repercussões na economia portuguesa.

São dados positivos e que deixam algum optimismo para 2023, no que diz respeito ao mercado de trabalho. No entanto, é preciso alguma cautela perante a forte e generalizada desaceleração da economia, bem como o impacto que os elevados níveis da taxa de inflação terão no poder de compra dos trabalhadores portugueses.

CRIAÇÃO DE EMPREGO

Aumento dos
contratos de
trabalho com
termo

4. TAXA DE INFLAÇÃO

ABRANDAMENTO DOS PREÇOS

Apesar do abrandamento dos preços, os portugueses não têm sentido este efeito, isto porque a inflação anual, que é a utilizada nas atualizações salariais e das pensões prevista na lei ou em CCT, não teve uma redução significativa.

É a taxa de inflação homóloga¹ que tem registado um maior abrandamento. Depois de atingir o pico em Outubro de 2022 (10,1%), tem registado fortes abrandamentos até aos 3,1%, no mês de Julho de 2023.

Já a variação anual², que é usada como referência para actualização das pensões, das rendas e também nas actualizações salariais nas mesas da negociação colectiva tem mostrado maior resistência para baixar. Em 2022, a taxa de inflação anual foi de 7,8%, continuando a subir até Março (8,7%) abrandando apenas nos últimos meses, atingido os 7,3% em Julho.

O mesmo acontecendo com os preços da alimentação, os quais atingiram o pico em Fevereiro de 2023 (+ 22,3%), seguindo-se um abrandamento até aos 8,3%, em Julho, com implicações mais severas para as famílias de menores rendimentos, uma vez que estas, além de possuírem menores rendimentos, são afetadas pelos preços de bens essenciais dos quais não podem abdicar facilmente.

Não obstante, este abrandamento de preços, em 2023, a taxa de inflação deverá manter-se em níveis elevados (por volta dos 5% - valor médio de

Taxa de inflação
anual com
resistência em
abrandar

¹ Apenas analisa o valor da inflação entre 2 momentos – por exemplo, compara o mês de Julho de 2023 com o mês de Julho de 2022 – acabando por ser influenciada apenas por efeitos específicos ocorridos nos meses comparados.

² Compara a evolução dos últimos doze meses com o dos doze meses imediatamente anteriores, é menos sensível a alterações esporádicas e não é afetada por flutuações sazonais.

Lucros das empresas são a principal causa da subida de preços

todas as previsões nacionais e internacionais), com impactos no poder de compra dos portugueses, por via de efeitos negativos no crescimento do consumo.

Com as perdas de poder de compra, têm sido os lucros das empresas a principal fonte das pressões internas sobre os preços. Tem sido, aliás, a resistência das empresas em reduzir as suas margens de lucros, uma das principais causas para que a taxa de inflação não esteja já num nível mais baixo, pois o aumento dos salários, apontado por muitos como a causa da subida dos preços, acaba por ser “engolido” pelo forte aumento das taxas de juro, que nunca subiram tanto, em tão pouco tempo.

5. SALÁRIOS

A elevada taxa de inflação e a constante subida das taxas de juro, com reflexos nos créditos habitação, estão a ter efeitos bastante adversos sobre o rendimento disponível de todas as famílias portuguesas.

Num país como Portugal, onde o rendimento médio do trabalho é um dos mais baixos da Europa, o consumo das famílias é, praticamente, dirigido na sua totalidade para um cabaz de bens estritamente indispensáveis. Agravar este cenário, com as constantes subidas das taxas de juro que temos assistido e que se espera continuarem, é altamente preocupante.

Os aumentos salariais registados, traduzem-se num esforço para atenuar a perda de poder de compra que a inflação passada impôs às famílias, o que faz com que a sua contribuição para o aumento da taxa de inflação seja mínima, ao contrário do que defende o BCE.

PERDA DE RENDIMENTOS

Subida acentuada das taxas de juro

Subida abrupta
dos alimentos e da
energia

Se até aqui, o principal problema para as famílias foi a subida abrupta das despesas com alimentação e energia, agora vêm as suas prestações de crédito agravarem-se rapidamente, sem conseguirem fazer face a esses aumentos, mesmo com aumentos salariais.

Recorde-se que em 2022, as remunerações por trabalhador registaram um aumento de 6,1%, no entanto com uma taxa de inflação no nível mais alto dos últimos 30 anos (7,8%), anulou a totalidade daquele aumento, registando-se uma perda de poder de compra de 1,7%.

ACORDO DE RENDIMENTOS

Com a assinatura do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, entre a UGT, as Confederações Patronais e o Governo, cujo objectivo principal é a valorização dos salários em Portugal, espera-se reverter a situação passada, mas também futura.

Sinais positivos

De acordo com os resultados obtidos até à data, grande parte dos processos negociais ocorridos mostram sinais muito positivos no cumprimento deste Acordo, com uma verdadeira valorização dos salários dos trabalhadores, correspondendo às expectativas da UGT.

Aumentos
salariais acima do
valor de referência
no Acordo

Desde Janeiro de 2023, que se têm registado aumentos salariais acima de 5,8%, traduzindo-se num valor superior ao valor da referência no Acordo de Médio Prazo para 2023 (5,1%).

Note-se, que os maiores aumentos de salários se têm verificado principalmente em sectores com escassez de mão-de-obra e onde predomina o salário mínimo, como o alojamento e a restauração, o comércio ou a construção.

SMN

SMN mantém-se
abaixo dos 1.000€

Embora o salário mínimo português tenha registado fortes aumentos nos últimos anos – entre 2014 e 2023, aumentou 56,7% (enquanto em Espanha, o aumento foi de 61,2%) – mantém-se nos mais baixos da Europa, com valores inferiores aos 1.000€ mensais³.

Até 2026, o compromisso do Governo é aumentar o SMN para 900€, que no cenário europeu é manifestamente insuficiente. Em 2024, o previsto no Acordo de Médio Prazo, é fixar o SMN em 810€ (+6,6%), mantendo Portugal longe de países como Espanha e até mesmo da Eslovénia.

6. FINANÇAS PÚBLICAS

Fruto da recuperação económica, da dinâmica do mercado de trabalho e também da inflação, nunca se tinha registado um excedente orçamental num 1º trimestre do ano, o qual foi de 1,2%, face ao défice de 0,6% registado no período homólogo.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita (9,3%) superior ao da despesa (4,3%), com especial evidencia para o aumento das receitas do imposto sobre o rendimento e património (+ 11,7%), das contribuições sociais (+ 12,2%) - evidenciando a recuperação da economia e o comportamento do mercado de trabalho – e dos impostos sobre a produção e importação (+ 5,7%), devido ao aumento dos preços.

EXCEDENTE ORÇAMENTAL

Aumento das
receitas superior ao
das despesas, fruto
da recuperação da
economia e do
comportamento do
mercado de
trabalho

³ A Dinamarca, a Itália, a Áustria, a Finlândia e a Suécia não têm um salário mínimo nacional.

Os resultados até agora conhecidos, têm levado a rever em alta as previsões das contas públicas, para um défice orçamental muito próximo do equilíbrio (0% do PIB) e até mesmo para um ligeiro excedente orçamental no próximo ano.

DÍVIDA PÚBLICA

Após atingir o pico de 134,9% em 2020, o rácio da dívida pública iniciou uma trajetória descendente, atingindo 113,9% no final de 2022. Em 2023, espera-se uma nova descida em torno dos 108% do PIB, com o Banco de Portugal a prever uma dívida pública abaixo dos 100% no próximo ano (97,1%).

Com a continuação das contas públicas a evidenciar um comportamento positivo em 2023 e mais positivo em 2024, perante as adversidades com que grande parte das famílias portuguesas se estão a defrontar, a UGT espera que o Governo não deixe de prestar e reforçar o apoio necessário a quem mais precisa, principalmente através de um desagramento de impostos, com especial atenção nos escalões intermédios.

DESTAQUE

**Maior subida da
receita fiscal
desde 2013**

RECEITA FISCAL

Em 2022, Portugal registou a maior subida de receita fiscal (+14,9%), desde 2013 (+13,2%), ano em que foi executado o enorme aumento de impostos. O comportamento registado no ano passado ficou a dever-se, sobretudo, à subida galopante da inflação, mas também do crescimento do emprego, às atualizações salariais e à subida do salário mínimo.

Para 2023, o Governo prevê no Orçamento do Estado um novo aumento da receita fiscal de 2,6%, o qual poderá ficar acima do estimado visto que na comparação dos resultados do 1º semestre do ano, com o mesmo período do ano anterior, regista-se já um aumento 8,9% da receita fiscal, devido, sobretudo, à evolução das receitas do IRS (+14,3%), do IRC (+11,2%) e do IVA (+9%), atenuada pela quebra do ISP (-12,2%).

Com este nível de receitas fiscais, Portugal atingiu, em 2022, o valor mais alto de sempre em percentagem do PIB (36,4%), mantendo-se acima da média dos países da OCDE (34,1%), em 2021 (último ano para o qual há dados disponíveis).

Olhando só para os impostos sobre o rendimento do trabalho, verificamos, que depois do brutal aumento de impostos registados na altura da Troika, a carga fiscal (que reflete o total dos impostos e das contribuições obrigatórias cobrados pelo Estado) tem vindo sempre a subir, enquanto na média dos países da OCDE, a tendência é inversa.

Num país em que o salário bruto anual (21.606€) é cerca de metade (50,8%) do salário médio dos países da zona euro (42.505€), é inaceitável o actual nível de carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

No ano passado, em Portugal, o peso dos impostos e das contribuições sobre o salário médio de um trabalhador, atingiu os 42%, bem longe da média da OCDE (34,6%). Isto significa que até 2012, o salário líquido de um trabalhador com ordenado médio e sem filhos correspondia a 63% do valor do salário bruto recebido, enquanto 10 anos depois, aquele valor baixou para 58%.

Impostos sobre o rendimento do trabalho tem vindo sempre a subir

**Carga fiscal está
também associada
ao nível de
emprego**

A verdade é que Portugal nunca teve uma carga fiscal tão alta como a que tem atualmente, no entanto, convém sublinhar que também nunca houve um nível de emprego tão elevado como o registado em 2023, muito perto de 5 milhões de pessoas empregadas (4.979,4 milhões, no 2º trimestre de 2023).

Ora se a carga fiscal inclui, não só as receitas do IRS, mas também as receitas com as contribuições pagas à segurança social, o aumento da população empregada, leva a um aumento da carga fiscal.

Mantendo-se as taxas pagas à segurança social constantes, a questão coloca-se do lado dos impostos sobre o trabalho, nomeadamente, o IRS. No Orçamento do Estado para 2023, o Estado previa um aumento das receitas de IRS de 436 milhões. Acontece que só na primeira metade do ano estas receitas quase que atingiram o dobro do previsto (828 milhões).

**Receitas do IRS
são já 5 vezes mais
do que o previsto**

Isto significa que, para o total do ano, o Estado previa um crescimento das receitas com o IRS de 2,8% e em 6 meses o aumento registado é já de 14,8%.

Também as receitas com contribuições acabam por estar a ter um comportamento inverso ao previsto. Com o abrandamento económico, esperado inicialmente, esperava-se também uma diminuição do emprego e por isso a previsão era de que no final de 2023, se registasse uma quebra com aquelas receitas de -3,1% (-2,3 milhões).

Uma vez que o mercado de trabalho se tem mostrado resiliente, as receitas com as contribuições para a Segurança Social, na vez de diminuírem, registam até um aumento de 2,4% (0,8 milhões), no 1º semestre do ano.

Peso das receitas de IRS superior ao das receitas das contribuições para a Segurança Social

São claros os aumentos desproporcionais entre as receitas fiscais de IRS (+14,8%) e as das contribuições para a Segurança Social (+2,4%), nos primeiros 6 meses do ano, o que significa que o peso do IRS está a ser muito superior ao das taxas pagas à Segurança Social, no total da carga fiscal sobre o trabalho.

A elevada carga fiscal suportada pelos trabalhadores portugueses tem gerado fortes perdas de rendimentos e dificuldades de liquidez, sobretudo em anos de elevadas taxas de inflação, uma vez que o impacto fiscal é ainda mais penalizador devido à ausência de ganhos salariais reais.

67,3% dos TCO com salários até 1.000€

Num país em que 67,3% dos trabalhadores por conta de outrem têm salários até 1.000€, esta é uma situação de desequilíbrio e, claramente, de injustiça fiscal, pois são os trabalhadores com baixos salários que mais têm suportado a subida das taxas de IRS, enquanto os trabalhadores com salários mais elevados, apesar de também terem registado aumentos, aproximam-se mais rapidamente dos valores de 2013.

Para a UGT, é urgente e prioritário uma descida das taxas de IRS, de forma a eliminar distorções fiscais, proporcionando um aumento do rendimento disponível das famílias, fundamental para fazer face à actual crise do custo de vida.

Descida das taxas de IRS

Perante um previsível desempenho económico e orçamental em 2023, melhor que o previsto, a UGT defende uma verdadeira descida das taxas de IRS, com a devolução dos ganhos orçamentais à economia, através de uma política fiscal justa, capaz de assegurar a sua função redistributiva.